

O LÉXICO E O PRINCÍPIO DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

Zilda Dourado *

Sinval Sousa Filho. **

Elza Couto. ***

RESUMO: *A partir do princípio da diversidade linguística, objetivamos discutir a existência de um continuum entre léxico e gramática. Para fundamentar o trabalho, mobilizamos alguns estudos de lexicologia, em diálogo com a Linguística Ecológica (ou Ecolinguística), que estuda as inter-relações entre língua, povo e território em uma perspectiva ecológica da linguagem. A pesquisa é de caráter bibliográfico e exploratório, sendo, portanto, mais teórica. Como resultado da reflexão, propomos que, por uma ótica ecológica, é possível defender o léxico como a centralidade da linguagem, como um sistema dinâmico de onde é possível reconhecer a diversidade linguística associada à capacidade de adaptação e evolução da língua em favor da sua sobrevivência na interação linguística dos falantes.*

PALAVRAS-CHAVE: *Léxico, Diversidade linguística, Ecolinguística*

ABSTRACT: *Starting from the principle of the linguistics diversity, we want to discuss the existence of a continuum between lexicon and grammar. We connected some lexicological studies with studies of ecolinguistics, which analyses the interrelations between language, people and territory from a ecological perspective of the language. The research has a bibliographic and exploratory kind, so it is more theoretical. As a result of this reflection, we propose, by a ecological point of view, that is possible to consider the lexicon the center of the language, like a dynamic system which is capable to recognize the linguistics diversity associated with the adaptation and evolution abilities of the language; those are essential to its survival during the linguistics interaction of the speakers.*

KEYWORDS: *Lexicon, Linguistics diversity, Ecolinguistics*

* Doutoranda em Linguística pelo Programa de pós-graduação em letras e linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Possui Mestrado em Linguística pelo Programa de pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás.

** Professor adjunto IV da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Possui pós-doutorado em psicolinguística pela Universidade de Brasília. Doutorado em Letras e Linguística pelo Programa de pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás. Email: sinvalfilho7@gmail.com

*** Professora adjunto da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Possui pós-doutorado em Linguística na Universidade de Brasília. Doutorado em Língua Portuguesa na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordenadora do grupo de pesquisa NELIM – Núcleo de estudo de Ecolinguística e Imaginário, cadastrado no diretório dos grupos de pesquisa do Brasil do CNPq. Email: kiokoelza@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Muitos estudos linguísticos reforçam a diferença entre a gramática da língua e a gramática da norma, a fim de demonstrar que a estrutura linguística está acima das prescrições em relação ao uso da língua. Foi assim que os estudos de fonética, fonologia, morfologia, morfossintaxe e sintaxe desenvolveram-se nas mais variadas abordagens de análise linguística. Afinal, é possível prever a organização sintática, fonética, fonológica e morfológica de qualquer língua. Mas, e para o léxico, é possível traçar a mesma linha de raciocínio? Geralmente não.

Existe o costume de se sobrepor a sintaxe ao léxico pois este é considerado um conjunto de palavras de uma língua, subjugado à organização sintática na formulação das frases (cf. Brito, 2015 e Lima-Hernandes, 2015). Dentro dessa perspectiva de assimetria, o léxico é tratado como um conjunto irregular, assistemático, apenas um aglomerado de palavras derivadas de outras que compõem uma língua. Contudo, alguns estudos da lexicologia, como os de Aguiar (2006) e Alves (2015), demonstram outra perspectiva de estudo do léxico e propõem um questionamento muito pertinente para a Linguística: É possível incorporar o léxico à gramática de uma língua?

Nesse texto, de caráter bibliográfico e exploratório, consideramos que é possível pensar na existência de um *continuum* entre léxico e gramática, desde que o léxico seja considerado como um sistema cuja dinamicidade o coloca na centralidade da língua e, por isso, concebe, a partir do princípio da diversidade, que esse léxico tenha força para manter a sobrevivência dessa língua dentro de um território. Para demonstrar essa hipótese, mobilizamos três estudos de lexicologia: i) sobre a relação entre léxico e gramática, especialmente nos processos de marcação de gênero dos substantivos (Aguiar, 2015); ii) sobre a noção de lexicogramática, aplicada para analisar a formação de neologismos (Alves, 2015); iii) sobre a desvitalização lexical, vista sobretudo a partir de empréstimos linguísticos (Mesquita, 2009). Na base dessa mobilização, recorreremos ao princípio da diversidade linguística, segundo a Linguística Ecológica (Couto, 2007).

O LÉXICO E A GRAMÁTICA

Para tratar da relação entre léxico e gramática, Aguiar (2006, p. 1) confronta a visão da gramática tradicional visando demonstrar que “o gênero do substantivo não se trata de um processo flexional, mas de um processo derivacional”. Segundo a autora, há uma confusão nas definições gramaticais do tema, principalmente porque os estudiosos postulam que sexo e gênero são equivalentes e fazem essa confusão ao partir do pressuposto de que todos os substantivos apresentam um referente sexuado. Para refutar essa tendência consolidada nos estudos gramaticais, Aguiar (2006) fundamenta-se nas considerações de Câmara Jr. e de Sandman acerca da categorização e classificação de marcação de gêneros nas línguas naturais.

Para defender a tese de que o gênero do substantivo em português obedece a um processo de derivação, Aguiar (2006) parte da constatação de que as gramáticas tradicionais apresentam dois problemas na formulação da assertiva de que o gênero é um processo flexional: i) “não apresentam nenhum tipo de explicação para o que seja processo flexional, apenas apresentam as desinências e dizem como devem ser feitas as flexões, dividindo-as em flexão de gênero, número e grau” (AGUIAR, 2006, p. 1); e ii) as conceituações de flexão e de derivação são problemáticas e confusas.

Com base nos estudos de Câmara Jr, a autora explica a diferença entre os processos de flexão e de derivação para compreender a marcação de gênero em português. Aguiar (2006, p. 4) conclui que, na maioria dos estudos sobre o tema, a derivação é um processo de caráter “fortuito, assistemático e irregular” porque é ocasionado pela formação de um novo vocábulo que pode mudar quanto à classe gramatical ou não. Já a flexão é um processo “obrigatório, sistemático, regular, coerente e imposto pela natureza da frase” (AGUIAR, 2006, p. 4). Esse modo de demarcar as fronteiras entre derivação e flexão na formação de palavras pode abrir margem para a concepção de que o léxico é apenas um conjunto de vocábulos, um aglomerado de palavras encaixotadas nas categorias sintáticas de uma língua.

Segundo Aguiar (2006), pelas características elencadas, pode-se inferir que a gramática normativa prescreve o gênero do substantivo pela combinação sintática, pois não pretende descrever e analisar a regularidade dos gêneros dos substantivos pelo léxico da língua. Contudo, Aguiar (2006)

faz uma análise dessa regularidade e, por meio dela, a autora confronta a referida posição gramatical. Uma ideia forte usada no confronto é a de que:

Em português os substantivos são nomes que possuem referentes sexuais e assexuais. Os substantivos de referente assexual, que são maioria em português, não trazem em si marcas morfológicas de gênero. Quanto aos de referente sexual podemos dizer que é insignificante a quantidade de substantivos que, referindo-se a estes seres, recebem marca morfológica de gênero. Ou seja, quase que a totalidade de substantivos em português não apresentam marca morfológica de gênero. (AGUIAR, 2006, p. 5).

Analisando os tipos de substantivos descritos pela gramática tradicional (epíctenos, sobrecomuns, comuns de dois gêneros e aqueles que variam por heteronímia), Aguiar (2006) prova que a equivalência entre sexo e gênero ocorre em um grupo muito restrito de palavras, por isso, não deve ser considerado como regra. Portanto, para Aguiar (2006, p. 8), “o substantivo apresenta um gênero próprio, imanente, não-marcado, que obriga os determinantes presentes na frase a concordarem com ele”. Por isso, o gênero pode ser considerado como uma variação de natureza lexical que incide na combinação dos itens em uma frase. De acordo com Aguiar (2006, p. 9),

Esse processo, na verdade, não se trata de flexão mas de derivação sufixal, pois atende a todos os conceitos concernentes a este, sendo assim, o seu gênero constitui uma categoria lexical, caracterizando uma formação de novas palavras e não modalidades de uma mesma palavra.

Assim, podemos dizer que o gênero como categoria lexical implica em questionar se o processo de derivação, para a formação de novas palavras, é tão irregular assim, pois a autora identificou uma regularidade nos itens lexicais do português quanto à marcação de gênero. Essa regularidade muda o estatuto das análises lexicais, pois estas devem considerar que o léxico é autônomo, dinâmico, mas não podem considerá-lo como fortuito, irregular e assistemático. Devem ter em conta que léxico e gramática fazem parte de um mesmo conjunto de fenômenos que constroem uma língua.

Com esse questionamento, o estudo de Aguiar (2006) vai ao encontro das reflexões de Alves (2015) sobre a noção de lexicogramática, esta aplicada por Alves (2015) para analisar a formação de neologismos em língua portuguesa. As reflexões de Alves (2015) centram-se na demonstração da reciclagem de elementos lexicais do português para a formação de neologismos e análise desse processo em dois aspectos: (i) migração de formantes das línguas de especialidade para a língua comum (ii) consideração de características comuns entre léxico e gramática.

A migração de formantes das línguas de especialidade para a língua comum acontece em grande número de formações prefixais tais como: hiper-, macro-, micro-, nano-. Alves (2015) descreve como essas ocorrências evidenciam o caráter social da linguagem, como os fatos sociais podem incidir na formação dos neologismos e, por isso, dinamizar o sistema linguístico em suas categorias morfológicas.

Ao comprovar isso, Alves (2015) apresenta as ideias de Halliday sobre as características comuns entre a gramática e o léxico. Para ele, “o sistema linguístico é fundamentalmente probabilístico e não há diferenças entre léxico e gramática” (HALLIDAY apud ALVES, 2015, p. 5), então o autor formulou a tese de que a língua tem uma lexicogramática – um *continuum* entre o léxico e a gramática, de modo que alguns itens lexicais passam por um processo de gramaticalização e alguns itens gramaticais, por um processo de lexicalização. Contudo, cabe uma pergunta: como esse *continuum* entre léxico e gramática pode evidenciar a dinamicidade do sistema linguístico em uso pelos falantes?

Os trabalhos de Aguiar (2006) e Alves (2015) demonstram que o léxico pode ser considerado um sistema que se sustenta pela diversidade linguística, em uma perspectiva micro, quando se refere aos diferentes modos de organização dos itens lexicais; e em uma perspectiva macro, quando se refere aos processos de mudança linguística. Para fundamentar essa visão, apresentamos a Ecolinguística, uma ciência que estuda as inter-relações entre língua, povo e território em uma perspectiva ecológica.

A LINGUÍSTICA ECOSSISTÊMICA E A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

Em uma primeira leitura, no nome Linguística Ecológica, o prefixo “eco-“ chama a atenção por abrir um pressuposto de que essa disciplina faz dialogar a Linguística com a Ecologia. Segundo Couto (2015), a Linguística Ecológica vai além de uma confluência teórica, ela é uma ecologia direcionada aos estudos da linguagem pelo reconhecimento da língua como um fenômeno ecológico. Também conhecida como Ecolinguística, essa nova epistemologia estuda as interações entre língua e meio ambiente.

A Ecologia estuda as interações entre os organismos e destes com o meio ambiente. O conjunto dessas interações forma um ecossistema, isto é, “as inter-relações, interações, entre os organismos de uma determinada área e seu habitat (meio, meio ambiente, biótopo, entorno ou território” (Couto, 2015). Desse modo, a Ecologia é a ciência dos ecossistemas, contudo, dentro deles, a relação entre interações e habitat é dependente dos organismos, e, por isso, para diferenciar-se dos demais ramos da biologia, a Ecologia toma como conceito central o de interação.

As interações não são únicas e nem estáticas dentro de um ecossistema. Para a perspectiva ecológica, em sua totalidade, o mundo é uma enorme teia de interações. Assim, há certa dificuldade em definir um ecossistema dentro da diversidade de interações entre diferentes organismos nos diferentes biomas da natureza. Dessa maneira, o ecossistema é um recorte do pesquisador, ele escolhe quais interações pode estudar, mesmo reconhecendo a totalidade destas na vida aqui na Terra. É assim que a Ecologia foi ramificando-se em diferentes ecologias, por exemplo, ecologia humana, ecologia do corpo, ecologia marinha, etc. A Ecolinguística, portanto, delimita o ecossistema segundo as interações do seres humanos na comunicação, assim, o seu objeto de estudo é o ecossistema linguístico.

De acordo com Couto (2007), o ecossistema linguístico é o conjunto das interações do povo para comunicar-se em um território. Como a comunicação é linguística, a natureza das interações são linguísticas e, segundo essa constatação, para a Ecolinguística, a língua é interação.

Entre os organismos, no caso, os falantes, a interação é a própria comunicação, e o modo como estes interagem linguisticamente com o mundo é a referência. Além disso, a Ecolinguística também reconhece as interações que se dão no nível da estrutura da língua e as denomina como

endoecológicas, as interações entre os fonemas, morfemas, sintagmas e palavras. Já as interações que se dão na comunicação por meio da língua são denominadas exoecológicas.

Como se vê, o léxico e a gramática podem ser pensados dentro das interações endoecológicas da língua, porque a Ecolinguística não desconsidera a definição de língua como um sistema, ela apenas a expande ao reconhecer a língua como interação. Com isso, a Ecolinguística fundamenta-se como um estudo ecológico da linguagem, cujo conceito principal é o de interação que, para essa teoria, é a própria língua.

De acordo com Couto (2007), o conceito de língua como interação integra todas as outras concepções propostas pela Linguística dentro do ecossistema linguístico, de modo que cada uma delas representa um ecossistema (também chamado de meio ambiente) subjacente. Logo, a língua como um sistema, uma estrutura linguística aprendida pelo falante para comunicar-se com o seu grupo, compreende o meio ambiente mental dos falantes, ou seja, o meio ambiente mental é a própria língua em sua virtualidade no cérebro humano. A língua como um instrumento de comunicação, referente aos diferentes modos de produção de sentido no uso dessa estrutura, observando-se a exterioridade linguística com a influência da organização social, da historicidade e das condições de produção do dizer, compreende o meio ambiente social da língua. E a formação de uma comunidade, um povo, em um território, onde essas pessoas vivem e interagem linguisticamente por meio de sua língua, compõe o meio ambiente natural da língua.

Esses três meios ambientes estão integrados na interação linguística, afinal, a comunidade precisa aprender a língua, pensá-la, metaforizá-la cognitivamente, segundo a sua organização social em um território. Dessa maneira, qualquer desequilíbrio em qualquer um desses meios ambientes, ou nos três em conjunto, pode acarretar um desequilíbrio na interação linguística e, dependendo da situação, pode, inclusive, comprometer a existência de uma língua.

Do mesmo modo que a Ecologia, a Ecolinguística delimitou o seu ecossistema e, de posse desse conceito, essa teoria também propõe uma forma prescritiva de se estudar a língua, a favor da preservação da natureza, da humanidade e das línguas. Em consequência disso, a adaptação, a

evolução e a diversidade também são categorias pensadas para se estudar a língua.

Segundo a teoria evolucionista, na natureza, sobrevive quem for o mais forte, é assim que funciona o princípio da competição entre os seres vivos. Atualmente, reconhece-se que a sobrevivência depende da capacidade de adaptação de cada ser vivo às mudanças de seu ecossistema. É pela adaptação que os organismos evoluem, pois a sucessão ecológica acontece pela morte das espécies que não conseguiram adaptar-se às novas condições de existência. Como afirma Couto (2016), “a evolução parece ser o verso da moeda cujo reverso é a adaptação”.

Evolução e adaptação também estão congregadas com o princípio da diversidade. Para a Ecologia, a sobrevivência do ecossistema é dependente das diferentes interações que ocorrem entre diferentes espécies. Esse é o princípio da diversidade: quanto mais diversificado foi o ecossistema, mais rico ele será e as suas chances de adaptação são maiores, conseqüentemente, haverá evolução.

A defesa da preservação da natureza, em sua fauna e flora, segue essa prerrogativa da diversidade. Como já é sabido, o ser humano, com a sua organização social pautada na economia de mercado, segundo a exploração dos recursos naturais, vem destruindo a diversidade da fauna e da flora e, com isso, provocando impactos ambientais de dimensões catastróficas para todo o planeta. Em virtude disso, a Ecologia também apresenta uma prescrição para a vida humana na Terra, demonstrando a responsabilidade do ser humano com a manutenção da vida no planeta.

A Ecolinguística segue o mesmo caminho, naturalmente defendendo que as variedades linguísticas compõem uma diversidade linguística que mantém a língua viva. Além disso, as diferentes interações linguísticas de uma comunidade permitem que a mudança linguística aconteça para que a língua possa adaptar-se a diferentes contextos.

Portanto, as diferentes interações linguísticas de um povo em um mesmo território, com outros povos, inclusive, promovem a diversidade na formação de variedades linguísticas. Estas podem ser reconhecidas no léxico e na gramática da língua. No português, por exemplo, podemos reconhecer no léxico da nossa língua que “badeco”, “guri”, “piá”, por exemplo, têm o mesmo referente, a criança. Ou que dizer “os badeco

chegou” e “os meninos chegaram” não elimina a marcação de plural da sentença, apenas demarca em qual variedade linguística ela foi enunciada.

Retomando o trabalho de Alves (2015), com as ideias de Halliday sobre a tese de que a língua tem uma lexicogramática (um *continuum* entre o léxico e a gramática, alguns itens lexicais passam por um processo de gramaticalização e outros, por um processo de lexicalização), podemos interpretar essa lexicogramática a partir da diversidade linguística. A língua apresenta diversas maneiras de construir os seus itens lexicais, a sua organização sintática e os seus usos nas diferentes interações linguísticas.

Vale acrescentar que falar em diversidade não fere o princípio da arbitrariedade linguística, como postulou Saussure (1916), apenas reconhece que a estrutura linguística é dinâmica, estruturante da interação linguística e estruturada por ela. É com essa visão da Ecolinguística que pretendemos sustentar a ideia do léxico como um sistema dinâmico e de centralidade na linguagem.

DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E O LÉXICO COMO UM SISTEMA DINÂMICO

Como foi dito anteriormente, dentro de um ecossistema há uma infinidade de interações dos organismos entre si e destes com o seu habitat, território. Por isso, a Ecolinguística toma como objeto as interações linguísticas (para ela, é a própria língua), mas reconhece que existem as interações sociais (meio ambiente social), interações fisiológicas (ao nível do corpo humano), interações mentais (meio ambiente mental) e as interações com a natureza (meio ambiente natural). Por isso, do mesmo modo que a Ecologia toma a biodiversidade como uma característica fundamental dos ecossistemas, pode-se considerar da mesma maneira a diversidade linguística.

De acordo com Maffi (2016), muitos ecólogos já reconheceram que, em relação à espécie humana, a biodiversidade tem estrita relação com a diversidade cultural e com a diversidade linguística. Em uma região, se existem diferentes comunidades interagindo entre si com a sua língua, sua cultura e estendendo essa situação de contato com outras comunidades, pode-se considerar um ecossistema linguístico diversificado em aspectos de

cultura e de língua. E se nesta região há uma relação harmoniosa com a natureza, também se pode considerar a biodiversidade.

Contudo, existem situações de contato entre comunidades, em condições assimétricas, nas quais um grupo social se estabelece hegemonicamente pela força, pela violência, sobre outro grupo. Um dos impactos disso é a imposição da cultura, da economia e da língua, bem como o extermínio de outros grupos mais resistentes. De acordo com Harmon (apud Maffi, 2016), a perda da diversidade linguística está diretamente ligada à perda da diversidade natural. Em relação às línguas minoritárias, quando elas são substituídas pelas línguas hegemônicas, há uma perda da riqueza cultural, pois, para esse autor (2016), a condição básica da vida humana na Terra é que cada comunidade possa comunicar-se com a sua língua vivenciando a sua cultura.

A história do Brasil, mesmo nos dias atuais, ainda está marcada por esses conflitos. As situações de contato entre diferentes comunidades linguísticas têm gerado conflitos e perdas, sobretudo para as que são subjugadas por uma hegemonia. Ainda assim, vale caracterizar melhor essas situações de contato. Couto (2007) faz uma ressalva de que, na verdade, não são línguas que estão em contato, e sim as pessoas, os falantes. Desse modo, existem quatro tipos de contato entre povos e suas respectivas línguas.

A primeira situação é quando uma comunidade se desloca para o território de outra comunidade que já tem uma língua padrão consolidada em uso. É o exemplo da imigração japonesa, alemã, polonesa, italiana para o Brasil. Quando tais povos chegaram aqui, o português já era a língua oficial e, para sobreviverem, esses grupos reuniram-se em colônias onde, até hoje, ainda existem interações linguísticas na língua do país natal, embora as gerações mais recentes já tenham o português como uma língua materna.

A segunda situação é quando uma comunidade já tem uma língua oficial, consolidada, bem como uma posição social, econômica, política e militar mais privilegiada e desloca-se para o território de outra comunidade. Esse é o exemplo clássico da colonização das Américas, da África, da Ásia e da Oceania pelos europeus. No Brasil, especificamente, as línguas indígenas e as línguas africanas foram subjugadas pela língua do colonizador, assim como os seus povos. Vale ressaltar que o status das

línguas africanas é diferente do das línguas indígenas, pois também são línguas que “vêm de fora”, a partir da diáspora negra, que trouxe diferentes comunidades linguísticas africanas para o Brasil.

A terceira situação é quando membros de duas comunidades distintas deslocam-se para um território ainda não habitado pelos humanos. É nessa situação que também pode surgir uma língua crioula, como aconteceu em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe. E a quarta situação é o caso dos povos nômades, de modo que muitos deles conseguem manter a própria língua e, ao mesmo tempo, adquirir diferentes línguas dos lugares onde estão morando periodicamente, como é o caso de alguns grupos ciganos.

Por essa caracterização de Couto (2007) para as situações de contato entre línguas, pode-se inferir que as duas primeiras situações envolvem conflitos étnicos, culturais e políticos mais intensos. Elas representam casos em que a língua corre grandes riscos de se perder ao longo das gerações, ou de morrer junto com o extermínio do seu povo.

Ecolinguisticamente falando, quando há a imposição, por meio da violência, sobretudo, de um povo sobre o outro, nasce uma interação linguística hegemônica interferindo na comunicação entre as pessoas e que acarreta, pela falta de uso, na adaptação e evolução das línguas minoritárias, afinal, se uma comunidade não fala a própria língua, como esta poderá adaptar-se a essa situação de contato? É assim que se fere a diversidade linguística no plano da exoecologia da língua, isto é, na perspectiva da comunicação, e no plano da endoecologia, na própria estrutura linguística.

Em relação ao léxico, um exemplo interessante é o caso dos empréstimos linguísticos feitos por línguas minoritárias das línguas hegemônicas. Mesquita (2009) demonstra que esse processo pode acarretar na desvitalização da língua, pois a língua minoritária não consegue adaptar-se aos novos referentes, o que exige a importação de itens lexicais, modificando drasticamente o léxico da língua. O autor demonstra esse processo na relação entre a língua portuguesa e o *Xerente Akwén* do povo indígena Xerente.

Segundo o levantamento feito em pesquisa no ano de 2009, Mesquita (2009) afirma que o empréstimo direto do português para o Xerente é o mais recorrente devido à velocidade com que são incorporados

ao léxico. As interações linguísticas se dão em situações de conflitos étnico, cultural, econômico e até mesmo militar, como acontece com muitas etnias indígenas. A língua dos indígenas se enfraquece, pois eles substituem as situações cotidianas nas quais interagiam linguisticamente em sua própria língua pelas situações de submissão e uso da língua hegemônica. Assim, os itens lexicais do português foram incorporados ao léxico do Xerente, o que também exige adaptações em relação à gramática, de modo que o enfraquecimento do léxico acarreta o enfraquecimento da gramática e, por conseguinte, a obsolescência de uma língua.

Edward Sapir (1969), em seu artigo *Língua e meio ambiente*, também chama a atenção para o modo como as interações sociais e naturais interferem no léxico e na gramática de uma língua.

O ambiente físico só se reflete na língua na medida em que atuaram sobre ele as forças sociais. (...) Em outras palavras, no que concerne a língua, toda influência ambiente se reduz, em última análise, à influência da parte social do ambiente. Apesar disso, é mais cômodo fazer uma separação entre as influências sociais que decorrem mais diretamente do ambiente físico e as que não possam facilmente a ele se relacionar. A língua pode sofrer influências sob um destes três pontos: quanto ao seu assunto ou conteúdo, isto é, ao léxico; quanto ao sistema fonético, isto é, o sistema de sons com que opera para construir palavras; e quanto à forma gramatical, isto é, aos processos formais e às classificações de ordem lógica ou psicológica que se usa quando fala. A morfologia, ou a estrutura formal das palavras, e a sintaxe, ou os métodos que se empregam para combinar as palavras em unidades maiores ou frases, tais são os dois aspectos essenciais da forma gramatical. O léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. (SAPIR, 1969, p. 45).

Dessa maneira, podemos dizer que, na perspectiva da Ecolinguística, o léxico pode ser considerado um sistema dinâmico porque na interação linguística é ele que é duplamente influenciado pela comunicação (endoecologia) e pela referência (exoecologia). Dentro da interação, o léxico movimenta-se ora para expressar as ideias, interesses, coisas, pessoas, fauna e flora da comunidade e do lugar onde ela vive, ora para flexibilizar a estrutura linguística para que a língua consiga adaptar-se e evoluir enquanto sistema e, assim, garantir a sua sobrevivência.

Como foi dito anteriormente, dentro do ecossistema linguístico, das interações entre língua, povo e território, qualquer desequilíbrio nos meios

ambientes mental, social e natural acarreta algum tipo de prejuízo para a existência da língua. Evidentemente, tudo depende das diferentes situações de contato linguístico entre os povos. No caso da língua *Xerente Akwén* com o português, o povo Xerente é minorizado por um grupo social falante do português e privilegiado socioeconômica e militarmente. Pelo uso da violência, essa situação interfere drasticamente nas interações linguísticas em *Xerente Akwén*. Nesse caso, o léxico é o primeiro componente da língua afetado por essas mudanças. Todas elas interferem na adaptação e evolução da língua.

É nessa perspectiva da Ecolinguística que podemos pensar no léxico como um sistema em pé de igualdade com a gramática. Ele é dinâmico, pois apresenta diferentes modos de formar e categorizar os itens lexicais. Ele pode ser influenciado tanto pela estrutura linguística quanto pelo meio social. Por fim, é o léxico que centraliza a linguagem dentro da interação linguística. Por meio dele, analisando o conjunto dos itens lexicais de uma língua, podemos enxergar a integração dos meios ambientes mental, social e natural dentro do ecossistema linguístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, tivemos o objetivo de discutir as categorias lexicais e o princípio da diversidade linguística. Com isso, foram analisadas as categorias de marcação de gênero, neologismos e empréstimos linguísticos, segundo os estudos da lexicologia, e a diversidade linguística, ambas direcionadas para a Ecolinguística, a ciência que estuda as interações linguísticas de um povo em um território formando o ecossistema linguístico.

Para a Ecolinguística, a diversidade linguística engloba as variedades linguísticas, isto é, os diferentes modos de comunicação de uma comunidade, na perspectiva da endoecologia. Também envolve a dinamicidade da estrutura linguística, isto é, as diferentes combinações entre os fonemas, os morfemas, os itens lexicais e os sintagmas.

Com essa visão de diversidade linguística, o trabalho de Aguiar (2006) demonstra que existe uma diversidade de marcação de gênero no léxico da língua, pode ser flexional ou derivacional, e isso não acarreta irregularidade, pelo contrário, só demonstra a capacidade da língua evoluir.

O trabalho de Alves (2015) sobre a neologia lexical analisa a reciclagem de elementos lexicais do português para a formação de neologismo. Esse processo ocorre em dois aspectos: o primeiro é da migração de formantes das línguas de especialidade para a língua comum. O segundo é a consideração de características comuns entre léxico e gramática. A migração de formantes das línguas de especialidade para a língua comum acontece em grande número de formações prefixais, tais como: hiper-, macro-, micro-, nano-. Alves (2015) chama atenção para o modo como alguns itens lexicais são gramaticalizados e como alguns itens gramaticais são lexicalizados. Para sustentar essa tese, ele apresenta o conceito de lexicogramática de Halliday. A lexicogramática é um *continuum* que evidencia a articulação entre o léxico e a sintaxe devido à influência dos fatos sociais na formação dos neologismos, que também interferem na estrutura morfossintática.

Pela Ecolinguística, interpretamos esse *continuum* pelo ecossistema linguístico, as interações entre língua, povo e território nos meios ambientes mental, social e natural. Nessa visão, a integração dos meios sociais, naturais e mentais permite que o sistema linguístico seja estruturante da interação. Ele também pode ser estruturado por ela, por isso a existência desse *continuum* entre léxico e gramática.

A partir dessa constatação, o trabalho prosseguiu defendendo que o léxico é um sistema dinâmico de itens lexicais de centralidade na linguagem. Para analisar essa hipótese, levantaram-se as situações de contato linguístico e tomou-se como exemplo o caso do empréstimo linguístico do Português para o *Xerente Akwén*. Nessa análise, a Ecolinguística sustentou a importância da manutenção da diversidade linguística para a sobrevivência da língua e da comunidade. Além do mais, o léxico, nessa perspectiva, pode ser considerado como uma amostragem da diversidade linguística, cultural e natural de uma comunidade.

Por todo esse percurso teórico para analisar as categorias lexicais e a diversidade linguística, é possível compreender a centralidade do léxico dentro do sistema linguístico por três razões. A primeira razão é a de que o léxico é autônomo, dinâmico, mas não pode ser considerado como fortuito, irregular e assistemático, como demonstrou a análise de Aguiar (2006). Afinal, o léxico é a parte da língua mais afetada pelas interações linguísticas e, se estas apresentam uma regularidade, é o léxico que pode

evidenciá-la para os estudos linguísticos. A segunda razão é a de que a mudança linguística inicia-se no léxico, como demonstrou o artigo de Alves (2015), pois os itens lexicais podem passar por um processo de gramaticalização e os itens gramaticais podem passar por um processo de lexicalização, ou seja, a mudança linguística parte do léxico e termina no léxico. E a terceira razão é a de que o léxico garante a existência da língua, ainda que agonizante, dentro de uma comunidade, como demonstrou a análise de Mesquita (2015). Os empréstimos linguísticos diretos, quando ocorridos em uma situação de contato assimétrico de um povo com outro, ameaçam a língua da comunidade minorizada, pois afetam o sistema fonético/fonológico, morfológico, lexical e, por conseguinte, o sintático.

A Ecolinguística também auxilia os estudos linguísticos com a sua postura prescritiva de intervenção nas relações entre o ser humano e a natureza. Percebemos o papel crucial da diversidade linguística para a existência da língua enquanto um sistema e interação, da mesma maneira como a biodiversidade e a diversidade cultural são importantes para a existência de uma comunidade humana em um território. Infelizmente, a organização social humana vigente agride as comunidades mais afastadas dos grandes centros urbanos, agride esses grupos sociais com sua força física, mental, cultural e linguística, do mesmo jeito que agride o espaço natural na exploração de seus recursos a fim de manter uma economia de mercado.

É dessa maneira que emerge uma perspectiva ecológica nos estudos da linguagem para estudar a interação linguística em sua totalidade e, ao mesmo tempo, defender a integridade das comunidades linguísticas em sua cultura e biodiversidade, pois como afirma Harmon “há a diversidade entretecida (e possivelmente interdependente) na natureza e na cultura como o fator primordial da existência, a condição básica da vida na Terra.”

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Flávia Lannes Vieira de. Gênero do substantivo: flexão ou derivação? III Congresso de Letras da UERJ, 2006, Rio de Janeiro. Anais do III Congresso de Letras da UERJ. Rio de Janeiro: Botelho Editora, 2006.

Disponível em: < <http://www.filologia.org.br/cluerj-sg/ANAIS/iii/completos%5Ccomunicacoes%5Cflavialannes.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

ALVES, Ieda Maria. A observação sistemática da neologia lexical: subsídios para o estudo do léxico. *Alfa*, São Paulo, 50 (2), 2006. p. 131-144. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1415/1116>> Acesso em: 23 jul. 2015.

BRITO, Ana Maria. Sobre a divisão de trabalho entre Léxico e Sintaxe: algumas reflexões. *Actas do XXVII Encontro Nacional da APL*. Lisboa: APL, 1-44. Disponível em: <http://www.apl.org.pt/docs/27-textos-selecionados/Brito_conferencia.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2015.

COUTO, Hildo. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
_____. *Linguística, Ecologia e Ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. COUTO, E.N.; ARAÚJO, G.; ALBUQUERQUE, D. (org). *O Paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora UFG, 2016.

LIMA-HERNANDES Maria Célia. Análise do léxico na perspectiva funcionalista. In: ALVES, Ieda Maria et al.. *Estudos lexicais em diferentes perspectivas* [recurso eletrônico] / organizado por. - São Paulo: FFLCH/USP, 2009. p. 96-106. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/neo/livros/IVCOLOQUIO.pdf>>.. Acesso em: 23 jul. 2015.

MESQUITA, Rodrigo. *Empréstimos linguísticos do Português em Xerente Akwén*. (2009). Dissertação (mestrado). – Faculdade de Letras, UFG, 2009.